

Histórias de vida e militância: associações negras e luta pela cidadania no interior de São Paulo (1890-1940).

Lúcia Helena Oliveira Silva*

Passada a euforia da grande libertação a sociedade brasileira assim como outras sociedades que viveram sob o regime da escravidão, agiu de forma bastante conservadora com os egressos do cativo e seus remanescentes. Não raro, o comportamento de membros das camadas abastadas agiam similarmente e estranhavam o comportamento “rebelde” dos afrodescendentes que buscavam negociar remuneração, horário e folgas. Em São Paulo, a vinda de trabalhadores europeus dificultou a busca por oportunidades de trabalho e a preferência, sobretudo na cidade, prevaleceu para os imigrantes.

Porém se retrocedermos no tempo é possível perceber pelas discussões parlamentares que embora o término da escravidão nos anos finais fosse cada vez mais nítido, nem todos divisavam de maneira clara como e se aconteceria a inserção de novos cidadãos à sociedade da época. Para o grupo hegemônico os novos cidadãos deveriam aderir ao grupo de trabalhadores mantendo sua gratidão e comportamento análogos ao tempo do cativo o que se via nas notícias de jornais como *Correio Paulistano*. Já aos emancipados a liberdade tinha uma gama imensa de significados que iam desde ir para onde quisesse, se reunir aos parentes, preservar crianças e idosos do trabalho pesado entre outras ações. Estudando o contexto pós-abolição na Jamaica Thomas Holt (2005:129) afirmou que *as sociedades escravistas, tentaram elaborar uma transformação social bem diferente, construída sobre conceitos alternativos dos papéis de gênero e identidades, da família e da comunidade*. Desse modo o conflito de idéias tão opostas era motivação para animosidades entre os antigos escravos e os fazendeiros e grupos hegemônicos.

Ao estudar a população negra no estado do Rio de Janeiro no pós-abolição, Costa (2006) acredita que pelo menos um quarto dos ex-escravos permaneceu nas fazendas sendo possível afirmar que grande parte desta população viveu marcada pela instabilidade. Muitos libertos migraram para outras áreas rurais, para outros estados

* Professora na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e pós-doutora em História.

2

(Silva, 2001), mas uma característica constante foi à ida para as cidades que nesse momento começavam a se expandir.

Nos centros urbanos homens e mulheres agora livres passaram a dividir um espaço social em comum com outros grupos étnicos. Nos mais diversos lugares, da zona urbana ou rural, os negros mesclaram-se com largas camadas da população que já estavam miscigenadas. Aderiam dessa forma o modo de vida dos homens livres (WISSENBAACH, 1998, p. 55).

Em Campinas, cidade do interior de São Paulo, os escravos e libertos já tinham na irmandade de São Benedito um espaço de reunião que agregava membros da comunidade. Com a mudança de regime político e a libertação, parte da comunidade acreditava que com a república desapareciam as distinções de classe, (ANDREWS, 1998, p. 79). Outros, contudo, viam a República com desconfiança, uma vez que muitos daqueles que ascenderam ao poder haviam sido abolicionistas mas se filiavam aos grupos hegemônicos.

Por isso, a criação de grupos que buscassem auxiliar nas necessidades da comunidade negra. Campinas tem um papel importante na história da mobilização negra. Cleber Maciel (1997) verificou em sua pesquisa no período pós-abolição na cidade uma grande quantidade de ocorrências de intolerância racial nos anos que se seguiram à Abolição. Cidade do oeste paulista histórico, ela havia um entroncamento de ferrovias paulistas como as Companhias Mogiana, Paulista e Sorocabana. Estas linhas cortavam o estado e desembocavam em Santos, servindo, sobretudo para transporte da produção de café diversificando a geração de ocupações.

Campinas também se destacava na produção cafeeira e na segunda metade do século XIX, e se tornou principal centro econômico de sua região graças aos investimentos de vários capitalistas. O acúmulo de riquezas elevou a cidade a condições similares aos melhores centros urbanos da época. Faziam parte destas melhorias, iluminação a gás, linhas de bonde de tração animal, linhas telefônicas e serviços de água e esgoto.

A cidade também possuía a fama de ser uma cidade cruel no que diz respeito ao tratamento dado a escravos, (Silva, 1993) o que se pode deduzir a partir do número de

3

revoltas que ali se sucederam, embora os fazendeiros contestassem este fato¹. Para negros da cidade, as dificuldades de vida neste local vinham do seu passado escravista de rigor com escravos e a manutenção de distanciamento dos grupos sócioétnicos. Esta característica permeou as relações entre brancos e negros nos momentos que se seguiram à lei Áurea e apoiou-se na luta contra a discriminação racial.

O desejo por escola para seus familiares levou os membros da irmandade de São Benedito a criação de um colégio para os filhos em 1902, o Colégio São Benedito. Desmotivados pela ausência de iniciativas em prol de sua educação, a escola foi criada por Francisco José de Oliveira ex-seminarista formado em magistério vindo de Ribeirão Preto que se tornou diretor e a Irmandade de São Benedito que reunia um grupo politizado de paroquianos negros da Igreja de São Benedito. Antes mesmo da criação do colégio pequenas iniciativas já tentadas como a Sociedade de Instrução São Benedito em 1896. Na prática esta primeira iniciativa acontecia nas horas vagas quando voluntários da comunidade e simpatizantes usando as dependências da igreja davam aulas para irmãos e demais pessoas da cidade.

No ano seguinte em 1903 houve a criação do Centro Literário dos Homens de Cor que depois passou a se chamar Federação Paulista dos Homens de Cor. Em 1904 foi criado jornal o *Baluarte* de curta vida mas um dos primeiros órgãos fruto da mobilização negra que dava voz direta aos afrodescendentes da cidade. A criação das diversas agremiações não parou por aí. Em 1910, criou-se o periódico *O Bandeirante* que tratava das questões raciais e divulgava notícias da comunidade e a *Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor*. Em 28 de novembro de 1915 foi criada a *Liga Humanitária dos Homens de Cor*.

¹ “Os escravos do meu pai foram felizes enquanto tiveram sinhô e sinhá moça, que lhes cuidavam da roupa, da comida, que lhes impediam quanto possível, as bebedeiras, que ensinavam as rapariguinhas a trabalhar e os creoulinhos a rezar e a **ser gente de bem**” (grifo meu). Amélia de Resende Martins(org.) *Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, 1932, pp. 214, 258-9. Em que pese as descrições idílicas das relações ente senhores e escravos na fazenda do Barão, registrados pela filha do barão, sua fama de cruel produziu até mesmo uma lenda intitulada a lenda do boi falô. Rita Ribeiro *Barão Geraldo: História e Evolução*, Campinas, Ed. do Autor, 2000. Sobre revoltas na cidade existe dois trabalhos relevantes Xavier, 2000 e Pirola, 2012.

4

A criação seguida de tantas iniciativas indicava um forte dinamismo e mobilização dos negros da cidade. Parte destas criações será compartilhada por um mesmo grupo formado por Benedito Florêncio, José Francisco de Oliveira e Lino Guedes e posteriormente Benedito Evangelista. Os dois primeiros tiveram destacada participação na imprensa da cidade e criaram posteriormente jornais em Campinas como jornal *Getulino* (1923-26) e também em São Paulo em periódicos como o *Progresso*, além de participar ativamente de outros (Pinto 2006, Domingues, 2010)

Um destes militantes, mais jovem do grupo Benedito Evangelista, foi militante por toda a sua vida nunca saindo da cidade. Ele tornou-se o guardião da memória das entidades sendo membro desde criança até o final de sua vida. Nascido em 28 de fevereiro de 1902 em Campinas (na fazenda Rio das Cabras onde seu pai fora escravo), ele estudou no Colégio São Benedito e depois foi professor na mesma escola. Ativo participante Benedito Evangelista participou de todas as entidades negras fundadas na cidade como a Corporação Musical, a Liga Humanitária, a Federação Paulista dos homens de Cor.

Seus rendimentos escolares o tornaram exemplo bem sucedido do Colégio Benedito que funcionou de 1902 a 1936 quando José Francisco de Oliveira faleceu deixando a propriedade do colégio em litígio judicial. Demolido a sede da escola foi passada para depositário que cuidaria da propriedade enquanto desenrolasse o processo judicial. Nos anos de 1950 este depositário agindo de forma ilegal vendeu a propriedade e um longo processo para reverter a situação se arrastou até os anos finais de vida de Benedito. Tal ação tornou-se então sua principal luta pelo o que se tornou e marco do espaço da história da comunidade negra em Campinas.

É preciso entender o quão singular foi sua vida e luta pelo colégio e pela memória das entidades da cidade lembramos que a época de sua criação era um contexto socioeconômico totalmente desfavorável a presença de crianças afrodescendentes nas escolas, como indica o estudo de Jerry Dávila (2006).

Obter a escolaridade era nos escritos da própria comunidade vital para galgar melhores posições na sociedade e contribuiria para a construção de uma imagem positiva que colaboraria para a confrontação dos estereótipos e do preconceito relacionado à população negra. A história do militante confunde-se da comunidade e

5

tem lá seus percalços. Se posso conhecer melhor da escola a partir de registros, boletins, as atas e processos conheceria a vida pessoal do guardião das memórias não é tão simples pois seus escritos tinham um cunho de registro com poucos toques pessoais. Ele próprio escreveu uma história de sua origem falando de seu pai escravo, de sua vinda pelo tráfico e da cidade naquele tempo da escravidão. Porém esta história termina em seu nascimento e participação na história das entidades negras.

Assim uma estratégia para entender melhor a história das entidades e seu contexto é partir da história de nosso velho militante ou nas palavras de Giovanni Levi *construir uma narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que ele possa ter conforme os pontos de vista e as suas épocas.* (Levi,1998, p.171). Desse modo, acredito que buscar o que faz esta trajetória tão singular é sua preocupação em registrar, no que escolhe registrar e claro, também suas omissões suas práticas culturais de seu olhar para os fatos que narra. Para Suely Kofes (1994, p.118) histórias de vida são interpretações individuais de experiências sociais. De fato se pensarmos na relação do militante com os órgãos aos quais ajudou a criar e pertenceu não nos parece possível uma história única mas a busca de uma história que se enlaça com outras.

O Benedito Evangelista presente quer mostrar a mobilização dos negros e mostrar como se organizavam, quem estava presente o que faziam na cidade. Tal movimentação da dimensão que a criação das diversas entidades eram estratégias ante as dificuldades na vida cotidiana que se estendem por décadas. Encontrar um barbeiro que aceitasse clientes negros, mal trato policial, impedimento de entrada em clubes faziam com que não apenas reclamassem mas criassem seu espaço que sempre foi assimilacionista.

O Colégio São Benedito tinha entre os alunos não apenas negros mas alunos de origem alemã, italiana e portuguesa. Também era no sentido de promover a assimilação que muitos editoriais dos jornais negros diziam reforçando as diferenças do Brasil com lugares como os Estados Unidos. Podemos pensar que nesta luta pela cidadania a preocupação em escrever uma história das entidades e a sua própria história de luta fazia parte da construção de uma representação simbólica considerada como um ato político.

O contexto histórico da cidade mostrava as flutuações em torno da composição demográfica. Durante o século XIX devido ao tráfico interprovincial, a cidade de

6

Campinas teve períodos que concentrou uma população negra que era maioria numérica (Maciel, 1997, p.60-61). Em 1890 esta população já havia se alterado, os negros eram 30,5% enquanto que o número de brancos havia subido para 69,5%. Assim em pouco mais de uma década, os negros haviam deixado de ser maioria numérica na população. Estas mudanças refletiam os acréscimos populacionais que a imigração europeia proporcionou à cidade e ao estado, uma vez que os europeus vinham para trabalhar nas lavouras de café. Entre 1882 a 1900, entraram no município cerca de 10.631 imigrantes estrangeiros (Baeninger, 1996,p.43).

A preferência por trabalhadores europeus manifestava-se nitidamente na imprensa campineira em seus anúncios de emprego discriminatórios, pedindo pessoas brancas, o que nos dá indícios do grau de tensão entre brancos e negros na cidade. Em 1915, surgiu a *Associação Campineira dos Homens de Cor*, criada depois de um surto de varíola e destinada à assistência dos negros que adoeciam, uma vez que eles não conseguiam tratamento satisfatório nos hospitais. Criadas paralelamente a órgãos similares aos dos brancos, muitas entidades emergiam em resposta à discriminação imposta aos negros.

Maciel destacou o alto grau de violência empregado contra as pessoas negras que ficavam nas ruas em horários de lazer e descanso. Em cidades onde o uso do escravo havia sido intenso, como Campinas, as ações discriminatórias aconteciam habitualmente:

*Não se pode mais sair com a família sem que hordas de negros invadam as ruas, especialmente a rua Barão de Jaguará. É preciso coibir as cáfilas antes que o mal cresça.*²

A notícia, estampada em um jornal de Campinas, recriminava o direito de cidadãos negros de percorrer as ruas junto com os brancos, ou seja, o lugar deles não era ali junto a famílias brancas, ficando ainda subentendida uma ameaça de repressão contra eles. Coibia-se o direito de ir e vir e manifestava-se a não possibilidade de convívio no mesmo espaço dos não brancos com brancos. A repreensão se fazia inclusive pelo uso de adjetivos ofensivos comparáveis aos utilizados para animais e criminosos.

² *Gazeta de Campinas*, 3 de março de 1900.

7

Em Campinas, o dinheiro proporcionado pelos lucros do café permitiu que florescessem várias manifestações culturais na cidade, como a criação de clubes literários, salões de chá onde se congregavam políticos conservadores e aqueles ligados ao partido republicano, depois PRP (Partido Republicano Paulista). Figuras como Campos Sales, Francisco Glicério e os irmãos Lobo foram atuantes na campanha abolicionista e atuaram intensamente junto aos tribunais (Silva,1998, cap.2). Contudo, é interessante perceber que a defesa da liberdade dos escravos não implicava necessariamente na incorporação do mesmo na sociedade em condição paritária aos brancos. A maioria acreditava ser necessário um processo de adaptação do liberto às novas condições. Segundo o depoente Cypriano de Oliveira, Orosimbo Maia, que foi advogado e prefeito da cidade no início da década de XX, não permitia que negros andassem na mesma calçada em que ele estivesse, havendo muitas ocasiões que ele agredia as pessoas negras com sua bengala.

Mesmo em espaços privativos, a comunidade negra de Campinas não deixava de sofrer a ingerência dos grupos da elite branca. Os excessos de intolerância, combinados com formas de controle e disciplinarização dos descendentes de escravos, ocorriam com frequência como podemos ver nesta notícia:

Aplaudimos com desassombro toda e qualquer ação da Polícia, mormente quando vem ela concorrer para o progresso de nossa terra. O mesmo apoio dispensamos nas anteriores campanhas não podemos emprestar à que ultimamente iniciou a polícia contra as pretas desocupadas que foram guindadas pelos diversos agentes que percorreram vários cortiços no bairro do Frontão, prendendo as mulheres ali residentes que se ocupavam em nada fazer!

Creemos que a intenção da autoridade não é melindrar quem quer que seja quando se trata de restabelecer a ordem(...) Mas segundo o noticiário dos jornais, parece que, unicamente por elas serem pretas, morar em cortiço e sem ocupação (o que não é verdade) é que lhes movem guerra. Conhecemos muitas brancas que também residem em cortiço e sem ocupação porque não se obriga a essas que procurem emprego?³

Vemos que a situação de discriminação era apoiada diretamente pelas autoridades policiais, que prendiam pessoas que estavam em suas casas sem alegação de

³ Getulino, 11 de novembro de 1923, p.2.

8
infração de qualquer lei, a não ser idéia de que ser mulheres negras desocupadas, alegação refutada pelo jornal da comunidade negra. Mas, ainda que as acusações fossem verídicas, a gravidade do fato estava no desrespeito à condição de liberdade que elas possuíam. Ser pobre, morar em cortiços e ser negro em Campinas, parecia incidir em ser potencialmente culpado e não simples suspeito.

As práticas de discriminação racial, vigentes em vários pontos do estado de São Paulo, podem ser considerados também em sua dimensão disciplinar, necessária ao controle do cotidiano de uma população liberada da escravidão e, portanto, livre dos freios tradicionalmente impostos pelos proprietários sobre ela. Mas se estas práticas geravam constrangimento, elas levavam também à politização dos afrodescendentes, o que se traduzia na emergência de vários canais de protesto e luta por condições dignas de sobrevivência. A vivência de Benedito Evangelista junto com outros militantes levou a formação de um grupo militante que podemos chamar de elite negra que fomentou o engajamento dos negros paulistas já nas primeiras décadas do pós-Abolição, assumindo inclusive o papel de orientar a comunidade quanto aos códigos de procedimentos que entendiam como adequados para a convivência entre eles e os brancos.⁴

A história de Benedito Evangelista e o grupo de militantes que atuaram em Campinas redimensiona as conclusões do trabalho de Fernandes (1978) que explicava a não inserção devido a fatores como despreparo e anomia. Embora fosse pequeno o número de letrados em relação ao grosso da população as iniciativas para a superação das dificuldades mostrava que havia um projeto de alcance da cidadania. O surgimento de escolas como o Colégio São Benedito e da Sociedade de Instrução em 1896, além continuidade da bandeira de luta da escolaridade em entidades posteriores como com a Frente Negra Brasileira apontam para a necessidade de conhecer a história melhor a história do período pós-emancipação. Assim entendo que histórias pessoais com ao do senhor Benedito permitem que através do entrecruzamento de narrativas pessoais com outras narrativas que ajudem a compreender no estudo das vivências o longo e ainda

⁴ Entendemos como elite negra paulista aqueles que eram líderes reconhecidos junto à comunidade e militavam na imprensa negra ou em associações da comunidade. São exemplos desta elite, Henrique Cunha, José Correia Leite, Evaristo de Moraes, Jaime Aguiar, Lino Guedes, entre outros.

9

pouco conhecido processo de reconstrução das identidades afrodescendentes nos momentos seguidos do período do pós Abolição.

Referências Bibliografia

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

BAENINGER, Rosana *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*, Campinas, CMU-Unicamp, 1996.

COOPER, Frederick, Thomas, HOLT e SCOTT, Rebecca (orgs.) *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Carlos Eduardo C. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC / FAPESP / Imprensa Oficial de São Paulo / Arquivo do Estado de São Paulo, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. Lino Guedes: de filho de escravos a “elite de cor” *Afro-Asia* 41 (2010), 133-166.

FERNANDES, Florestan *A integração do negro na sociedade de classes*, 1978.

FONER, Eric *Nada além da liberdade* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

José Carlos G. Silva, “Os sub-urbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo, 1900-1930-cotidiano, lazer e cidadania”, cap. 2.

LIMA, Ana Paula de, *A música militante: trajetória histórico-musical da Corporação*.

MACIEL, Cleber *Discriminações raciais: negros em Campinas*. 2ª.ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

10

MANZONI, Francis Márcio Alves. *Os trabalhadores “caipiras” em mercados e em feiras-livres: São Paulo (1867-1914)*. Dissertação de Mestrado (História e Sociedade). Assis, SP: FCL-UNESP, 2004.

MARTINS, Amélia de R.(org.) *Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, 1932.

MEDINA, Maria B *Musical Campineira dos Homens de Cor*, Relatório SAE, Abril 1988.

PINTO, Ana F. de *Pele escura e tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*, dissertação ode mestrado História - UNB,2006.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *ESTUDOS HISTÓRICOS*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989,.

RIBEIRO, RITA *Barão Geraldo: História e Evolução*, Campinas, Ed. do Autor, 2000.

SANTOS Filho, Lycurgo C & NOVAES, José N. *A febre amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas CMU-Unicamp, 1996.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. 3ª ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

SILVA, Lúcia .H. O. “As estratégias da sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade: 1850-1888”, dissertação de mestrado FE-Unicamp, 1993.

XAVIER, Regina. Tito de Camargo: *Religiosidade e escravidão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008